



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 11 de novembro de 2014, às 14 horas e 59 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores **Wellington Dias, Antonio Aureliano, Ruben Figueiró, José Agripino e Ataídes Oliveira** e dos Deputados **Afonso Florence, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Izalci, Rodrigo Maia, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar, Júlio Delgado, Augusto Coutinho, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Ronaldo Fonseca e Enio Bacci**. Presente o parlamentar não-membro **Mendonça Filho**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Gim** e os Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Fernando Francischini**. Na oportunidade, a primeira parte da reunião, destinada à apreciação de requerimentos, foi encerrada por falta de quorum. Em seguida, foi realizada a oitiva do Sr Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da PETROBRAS. A reunião foi encerrada devido ao início da Ordem do Dia no Plenário do Senado. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014. Esta reunião destina-se a definir e deliberar, em duas etapas: primeiro, a questão administrativa, em que consta na pauta a deliberação sobre dois requerimentos, e a segunda parte, a oitiva do Sr. Edmar Diniz de Figueiredo.

Consulto a Secretaria se há quórum para deliberação da primeira parte. (*Pausa.*)

Não havendo quórum para deliberação, encerro a primeira parte.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Encerro a primeira parte e imediatamente reabro a segunda parte, concedendo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, ao Deputado Rodrigo Maia.

Depois, ao Deputado Mendonça Filho.

Depois, ao Deputado Rubens Bueno.

Vamos anotar.

V. Ex^a dispõe de 3 minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Pares, peço a paciência de V. Ex^a, pois acho que, na última reunião, causou-se um mal-estar não só nesta CPI, mas na sociedade como um todo sobre o eventual acordo firmado entre a Oposição e o Governo para poupar algumas pessoas. E eu acho importante que esse mal-estar seja desfeito hoje.

Portanto, peço vênua a V. Ex^a para fazer um breve relato do que de fato ocorreu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em respeito a V. Ex^a, vou conceder-lhe cinco minutos, que é o seu direito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu lhe agradeço.

O que de fato ocorreu na última reunião?

Sr. Presidente, nós fomos chamados pelo Relator Marco Maia e, ao chegarmos àquela sala de reuniões aqui contígua, ao lado desta sala, ele apresentou um roteiro de investigação. Ponderou que as pessoas que são chamadas agentes políticos não poderiam e não deveriam ser chamados naquele momento, uma vez que não tínhamos ainda a delação premiada. E deixou claro que deveríamos priorizar as outras duas linhas: as empreiteiras e as grandes empreiteiras estão diretamente envolvidas no esquema de corrupção, e faríamos ouvi-las, e também a Petrobras.

Nessa questão da Petrobras, Sr. Presidente, dois diretores precisariam ser ouvidos: o Sr. Renato Duque e o Sr. Sérgio Machado.

Depois que se definiu uma linha de procedimento, longe de se afastar a oitiva dos agentes políticos, que ficariam para uma terceira etapa ainda nesta CPI, adentrou a sala o Senador Humberto Costa, e, ao entrar na sala, Sr. Presidente – e V. Ex^a estava lá –, ele perguntou como estavam definidas as coisas. E dissemos: "Vamos ouvir o Sr. Renato Duque e o Sr. Sérgio Machado, da Petrobras, e, em seguida, as empreiteiras", ao que ele levantou o nome do Sr. Leonardo Meirelles, que, na verdade, teria denunciado o ex-presidente do PSDB, hoje falecido, Senador Sérgio Guerra.

Nesse momento, Sr. Presidente, eu disse a ele que isso não fazia parte do roteiro de investigação e que ficaria para a terceira etapa. E ele disse que não aceitaria ouvir os diretores da Petrobras se não ouvíssemos o Leonardo



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Meirelles. Nesse momento, Sr. Presidente, eu deixei a sala de reunião, dizendo: "Sr. Relator, não há acordo de procedimento de investigação. Teremos de ouvir todos. Vamos para a votação".

E saí da sala, Sr. Presidente.

Nesse momento em que saí da sala, fui chamado de novo à sala por V. Ex^a e pelo Relator, dizendo que, de fato, naquele roteiro de procedimentos acordados – aí, sim, houve um acordo de procedimento de investigação –, o Senador Humberto Costa deixaria para um segundo momento o Sr. Leonardo Meirelles, e ouviríamos o Sr. Renato Duque e o Sr. Sérgio Machado.

Pois bem. Esses foram os fatos, Sr. Presidente. A versão foi outra.

Saindo daquela sala, o Sr. Relator, inadvertidamente, e infelizmente não está aqui hoje, porque mentiu, mentiu ao dizer que tivemos um acordo para poupar quem quer que fosse.

Sr. Presidente, eu sou promotor de Justiça há 28 anos. Dentro dessa seara, CPI, eu fui da CPI dos Correios, fui o Sub-Relator da CPI dos Correios, cabendo a mim, a mim, como Sub-Relator, apresentar o nome dos envolvidos e as provas contra cada um dos 40 envolvidos.

Em seguida, fui o Relator do caso do Pedro Corrêa, Deputado Presidente do PP. Como Relator, ele foi o único, o único Deputado cassado pela Câmara no relatório por mim formulado e que eu sustentei em plenário.

No ano seguinte, Sr. Presidente, fui o Sub-Relator da CPI dos Sanguessugas, e coube a mim, como Sub-Relator, pedir a cassação de 72 Deputados que desviaram dinheiro das ambulâncias. Perdoe-me a força de expressão: Deputados, não; bandidos que desviavam dinheiro das ambulâncias para os seus próprios bolsos.

No ano seguinte, Sr. Presidente, novo mandato, coube a mim ser o Relator do caso da Sr^a Jaqueline Roriz, Deputada Federal. Foi cassada no plenário do Conselho de Ética e, infelizmente, em razão do voto secreto, não foi cassada no plenário da Câmara.

Faço esse breve relato, Sr. Presidente, para dizer a V. Ex^a que a minha história não combina com acordo para salvar bandido, e não importa a coloração partidária desse bandido. Quem assaltou a Petrobras não é Deputado, não é Senador, não é Ministro. Eu reitero o que disse em outra oportunidade: é bandido de quinta categoria. A minha história combina com uma perseguição implacável a quem desvia dinheiro público, não com acordo. Não participo de um estelionato proposto pelo Relator, que anunciou um acordo colocando na mesma vala, Sr. Presidente, partidos que nada têm a ver. O PSDB pediu a investigação da corrupção na Petrobras; o PT beneficiou-se desse mesmo esquema de corrupção. O PSDB pediu a instauração da CPI; o PT, pelo que percebo, Sr. Presidente, quer afundá-la. O PSDB respeita as instituições e não trata como heróis criminosos presos. É importante definirmos isto, Sr. Presidente, porque, para desfazer-se o que foi mal colocado pelo Sr. Relator, só há uma alternativa: nós temos a obrigação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

de votar hoje todos os requerimentos. E eu começo fazendo o requerimento verbal do Sr. Leonardo Meireles e, em seguida, dos outros agentes políticos envolvidos: Leonardo Meireles, Vaccari, tesoureiro do PT, Senadora Gleisi Hoffmann e Ministro Paulo Bernardo. Todos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais um minuto.

Não é possível colocar-se na mesma vala partidos que tenham proceder diferentes. Não é possível que um acordo de investigação e de procedimento vire um acordo para livrar agentes políticos. V. Ex^a preside esta CPI e sabe que a única forma de resguardarmos o poder de investigação que temos é votando todos os requerimentos.

Pergunto a V. Ex^a: cadê o Relator do PT?

Pergunto a V. Ex^a: cadê os Deputados e Senadores do PT?

Onde estão todos que anunciaram esse acordo, um verdadeiro estelionato eleitoral² dentro desta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado, agradeço a V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Nenhum deles está aqui. Sabe por quê? Porque se envergonham do proceder que tiveram colocando na mesma vala partidos que nada têm a ver com o proceder deles.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Carlos Sampaio, informo a V. Ex^a, indagado a respeito da ausência do Sr. Relator, que ele me comunicou que, "devido a um acidente ocorrido no último domingo, permanecerei em repouso nos próximos dias e, portanto, estou impossibilitado de comparecer à sessão da CPMI da Petrobras marcada para o dia 11 de novembro". Houve um acidente de motocicleta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – E os demais Senadores e Deputados do PT, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faço aqui o registro do Sr. Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de iniciarmos a segunda etapa, eu preciso ouvir o Deputado Rodrigo Maia, o Deputado Mendonça Filho, o Deputado Rubens Bueno e o Deputado Onyx Lorenzoni. E peço já para chamar o Sr...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ok. Peço para chamar o Sr. Edmar Diniz de Figueiredo para...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, minha questão de ordem....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou ouvi-los todos. Eu vou ouvir a questão de ordem de V. Ex^a, que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... está rigorosamente em cima da convocação que V. Ex^a fez.

V. Ex^a fez a convocação para a reunião de hoje com duas partes, mas a sessão é única. Portanto, no momento em que nós tivermos a felicidade de atingir o quórum, poderemos suspender, momentaneamente, a oitiva e fazer a votação dos requerimentos. Só quero salvaguardar esse dever e esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A deliberativa já foi encerrada. A deliberativa administrativa já foi encerrada, porque nós definimos,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, Presidente! Não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... Sr. Deputado Onyx, em duas etapas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Como, se a sessão não foi encerrada, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A primeira etapa da pauta...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Isso não existe, Presidente. Desculpe-me, querido amigo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É exatamente a decisão desta Presidência. V. Ex^a pode recorrer.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu só quero apelar ao equilíbrio e ao bom senso de V. Ex^a.

V. Ex^a está dentro de uma mesma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com duas etapas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, V. Ex^a, para poder assim proceder, deveria e poderia encerrar a sessão e reabrir as inscrições, porque foi chamada a sessão para se tomar uma atitude deliberativa no seu preliminar e uma oitiva na sua continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a terminou? Quando terminar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Quando nós tivermos quórum, a qualquer momento, Sr. Presidente, V. Ex^a pode e deveria fazer a votação, porque nós estamos dentro da mesma sessão. Não há, no Regimento, suporte para haver parte um e parte dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Onyx, V. Ex^a, como perito e estudioso do nosso Regimento, sabe que



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

esta reunião foi convocada em duas etapas: a primeira etapa exige um quorum e a segunda etapa não exige esse quorum. Eu tenho que terminar a primeira etapa, para iniciar a segunda, convocando para prestar esclarecimentos o Sr. Edmar.

Por isso, tivemos que encerrar uma etapa, em que é exigido o quorum, para podermos começar a segunda.

A primeira etapa exige um quorum. A segunda etapa não exige esse quorum. Eu tenho que terminar a primeira etapa, para iniciar a segunda, convocando para prestar esclarecimentos o Sr. Edmar.

Por isso, tivemos que encerrar uma etapa, em que é exigido o quorum, para podermos começar a segunda.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O Deputado Carlos Sampaio acabou de fazer justificativa e, ao final, pediu a aprovação de alguns requerimentos. Enquanto o Deputado Carlos Sampaio pedia a aprovação de alguns requerimentos – eu estava aqui recolhendo alguns requerimentos também para serem aprovados –, o Deputado Onyx pediu a palavra a V. Ex^a. A que horas V. Ex^a terminou a parte administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de V. Ex^a chegar, segundo os dados da Taquigrafia.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Mas fui eu que dei o quorum. Como é que V. Ex^a encerrou a parte administrativa sem o quorum da mesma. Eu que dei quorum!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço à Secretaria da Mesa as notas taquigráficas...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Mas fui eu que dei o quorum. A administrativa terminou antes de começar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – As notas taquigráficas... as notas taquigráficas.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – A administrativa terminou antes de começar, Sr. Presidente.

Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, não quero alongar-me no debate da questão das duas sessões. Acho até que, pela palavra dada por V. Ex^a e por todos nós, se o PT e a Base começarem a dar a presença agora, até pela palavra empenhada e pela coordenação desse procedimento de pauta, que foi justificado e tem a nossa concordância por parte do Carlos Sampaio, ficará muito feio, para todos nós, como já teve um petista que assinou e outros, que tenhamos quorum e não possamos votar os requerimentos.

Acho até que deveríamos fazer uma nota extraordinária para votar esses requerimentos – quer quiser, vote "Sim"; quer quiser, vote "Não"; quem não quiser, saia do Plenário na hora da votação.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Mas, em cima do que colocou Carlos Sampaio, não tenho dúvida que a interpretação da nossa reunião – uma reunião de procedimentos – foi muito mal colocada pelo Relator, que é meu amigo, por quem tenho grande admiração, foi um bom Presidente da Câmara dos Deputados. Acho que a reunião de hoje prova efetivamente quem estava e está querendo avançar nas investigações: os agentes públicos e, depois, os agentes políticos, como já colocou o meu antecessor.

Mas quero, Sr. Presidente, colocar um tema urgente e importante para todos nós. O governo americano, através do Departamento de Justiça e da SEC, a CVM americana, que, aliás, felizmente, é muito séria do que a CVM brasileira, que, em vários casos... Espera aí, Deputado Onyx, deixe-me falar! (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Infelizmente, nós ficamos numa situação até inusitada, onde a CVM americana abre uma investigação sobre o caso.

Já apresentei requerimento. como fizemos na CPMI do Banestado, estivemos em Nova York e recebemos todas as informações da Procuradoria de Nova York, a CPI tem poderes, e o governo americano reconhece isso, para que possamos montar um grupo aqui e visitar o Departamento de Justiça americano, a SEC, para que, inclusive, possamos levar a eles informações, documentos, para que, claro, esses milhões de brasileiros que foram lesados como acionistas militares possam pelo menos ver num outro país, onde a regra vale, porque essa empresa tem ações na bolsa americana, possamos avançar, sim, na punição dos diretores da empresa e do seu conselho de administração, porque, se a aquisição, Sr. Presidente, é de responsabilidade do conselho, não há condições para que se puna a diretoria e não se puna o conselho de administração.

Peço que, na próxima reunião – se possível, hoje ainda, extraordinariamente –, possamos não apenas votar os requerimentos colocados como proposta pelo Deputado Carlos Sampaio, mas possamos também colocar esse requerimento e que esta CPI possa rapidamente estreitar as relações com o Departamento de Justiça e com a SEC americana, para que possamos, inclusive, colaborar, dando informações e mostrando de quem é a responsabilidade em cada um dos casos que estão sendo investigados aqui e no exterior.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rodrigo Maia, bem-vindo o requerimento de V. Ex^a!

Deputado Mendonça Filho, com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, quero aqui, em primeiro lugar, manifestar a minha preocupação com relação à interpretação da última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso gerou uma preocupação para além do espaço do Parlamento brasileiro. Várias manifestações de pessoas comuns que acompanham



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

o desenrolar da política brasileira no meu Estado, Pernambuco, foram no sentido de que querem, desejam, exigem que o Parlamento brasileiro cumpra a sua responsabilidade, ou seja, apure as irregularidades, os desvios, aponte os culpados desse grande esquema de corrupção no âmbito da Petrobras.

Infelizmente, Sr. Presidente, o que se vê até aqui é que, longe do discurso do PT e da Presidente Dilma, que dizia ela que era a primeira interessada em combater a corrupção, o que se vê, a partir do comportamento da sua base, do seu Partido, aqui, na CPMI, é justamente o contrário. Não há esse propósito. Aliás, esse objetivo nunca foi colocado de forma clara para a opinião pública brasileira, porque o PT e os partidos aliados trabalharam para que não houvesse a coleta de assinaturas necessárias à instalação da CPMI. Depois, levamos dois meses para que a CPMI fosse instalada. Depois de instalada, a gente vive uma verdadeira chicana legislativa, porque todo objetivo que visa trazer para esta CPMI personagens importantes na teia de corrupção da Petrobras sempre merece e recebe por parte do Partido dos Trabalhadores e da base da Presidente Dilma o boicote.

O que se vê hoje, aqui, e o Brasil assiste através da TV Senado? É justamente o boicote mais uma vez da bancada do PT, da bancada da Presidente Dilma, aqui, na CPMI. Gerou a controvérsia, misturando nomes que têm envolvimento direto com fatos relativos à corrupção na Petrobras com nomes que se desconhecem para gerar uma confusão partidária e se estabelecer a verdadeira cortina de fumaça, que interessa a quem não quer apurar nada.

E hoje, infelizmente, Sr. Presidente, assistimos à ausência dos representantes do Governo. Não houve quorum até aqui para votação de requerimento de convocação do Sr. Renato Duque, Diretor da Petrobras, que foi apontado pelo delator Paulo Roberto Costa como um dos que patrocinavam e patrocinam o pagamento de 3% propina na Petrobras para vários partidos políticos, inclusive o partido do Governo, o PT. E a pergunta que fica no ar: qual o objetivo do Governo? Será que a Presidente Dilma vai, mais uma vez, desmoralizar o seu discurso de campanha que dizia que não existia problema de inflação e que, passado o dia da eleição, começou a reconhecer o problema na inflação; que dizia que não iria aumentar os juros porque quem aumentaria juros seria o candidato Aécio Neves e, três dias depois de passado o período eleitoral, o dia da eleição, mandou o Banco Central aumentar a taxa de juros; que dizia que combateria a corrupção durante a campanha política, era a propaganda presente nos grandes veículos de comunicação, e hoje a sua base está fora da CPMI, ausente? Há apenas um Deputado aqui para cumprir a missão do Partido dos Trabalhadores, Deputado Afonso Florence, e mais ninguém. Cadê os Senadores da base aliada? Cadê os representantes autênticos do núcleo duro do poder para respaldar o debate? O Deputado Carlos Sampaio disse, há pouco, que está disposto a aprovar com todos os Deputados e Senadores da oposição a convocação de quem quer



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

que seja. Doa em quem possa doer, a gente tem que apurar e a fundo, buscar o acesso à delação premiada e não tolerar essa prática...

Um minutos apenas, Sr. Presidente. Peço a sua tolerância de um minuto para concluir.

Essa prática da Bancada do Governo, da Bancada do PT, da Bancada da Presidente Dilma, que diz uma coisa e age de modo completamente diferente. Então, o Brasil assiste hoje, ao vivo, a mais uma manobra que visa a enterrar o processo de apuração.

Foi discurso da Presidente Dilma que queria apurar, mas era só discurso eleitoral.

Era discurso dela o combate à corrupção, mas, quando a gente chega perto da apuração de mostrar ao Brasil o que de fato aconteceu no âmbito da Petrobras, infelizmente, o que se vê é essa tática de desviar do foco, de retirar a Bancada e de impedir que a CPMI cumpra com a sua missão constitucional.

Então, fica aqui o protesto da Liderança do Democratas, dizendo que nós queremos, desejamos e vamos buscar a verdade, em nome do zelo da coisa pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Rubens Bueno; depois Deputado Enio Bacci e Deputado Izalci.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de solicitar de V. Ex^a que oficiasse à CGU e ao TCU o pedido de atualização dos dados com relação aos desvios nas obras da Refinaria Abreu e Lima, na compra de Pasadena e também na *offshore* holandesa SBM, até porque os dados disponíveis já estão defasados. E há informações de que há muitos dados atualizados. Gostaria de pedir isso a V. Ex^a, baseado nos Requerimentos nºs 41, 287, 324, 451, 482 e 553.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferido o pedido de V. Ex^a, determino à assessoria que tome as providências cabíveis.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, seguindo o nosso pronunciamento, aqui ouvi atentamente o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Rodrigo Maia, o Deputado Mendonça Filho, e observamos que, ao sair de um estelionato eleitoral, onde a vencedora está envergonhada do que fez na eleição, onde os perdedores estão sendo ovacionados na rua pelo povo, tamanha a vergonha desse estelionato eleitoral que aconteceu recentemente no País, onde a Presidente da República mentiu, mentiu e mentiu. Mentiu no seu Twitter que seria anunciado em novembro o desmatamento a menor, que tinha diminuído o desmatamento no País. A notícia que saiu nessa semana é exatamente o contrário. A Presidente Dilma mentiu ao Brasil. Mentiu ao Brasil sobre os juro; que esse era o papel da Marina, que era o papel da oposição, que um era ligado a banqueiro, e



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

outro, porque tinha sua proposta neoliberal. Mentiu ao País. No terceiro dia após as eleições, nós vimos os juros subirem. E dizia na propaganda na televisão. A Presidente do estelionato eleitoral mentiu na televisão, dizendo que, aumentando-se os juros, tira-se comida da mesa do pobre. E ela aumentou os juros três dias depois da vitória no segundo turno. Mente com relação à violência. Estão aí os dados: R\$280 bilhões desperdiçados em consequência da violência no País. A polícia brasileira matou em cinco anos o que a polícia americana matou em 30. Essa é a política de segurança da Presidente do estelionato eleitoral. O que estamos vendo no Brasil é que as coisas continuam como se nada tivesse acontecido.

Aí, aparece uma farsa de um acordo, levado a público, e essa farsa levada a público se consolida hoje com a ausência dos membros da base do Governo nesta CPMI, para não dar quórum. Para não dar quórum, pois queremos ouvir o Sr. Vaccari, o tesoureiro do PT, o homem que reúne a grana da propina da Petrobras e de todas as outras, para distribuir aos seus apaniguados, que gastam milhões e milhões em campanha eleitoral, do seu PT, pelo Brasil afora. Esse é o Partido dos Trabalhadores. Esse é o Partido dos Trabalhadores, da militância aguerrida. Militância com cifrões aguerridos.

Então, Sr. Presidente, o que está claro para nós é que queremos ouvir, além do Sr. Vaccari, o Sr. Renato Duque, que é o dono da propina de 3% do PT. Não bastasse ser o dono da propina de 3% do PT, das obras superfaturadas da Petrobras, ainda há mais 2% na Diretoria de Abastecimento e na outra diretoria, em que tivemos a delação premiada para poder mostrar claramente o jogo que o PT montou. Aliás, o Procurador-Geral da República disse, muito bem, que o PT é uma organização criminosa que tomou de assalto o poder e lá quer se manter indefinidamente a qualquer preço e a qualquer custo. É isto que estamos vivendo. A nossa luta e a nossa causa aqui são para quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico das empreiteiras, dos diretores envolvidos, dos Deputados, Senadores e partidos envolvidos, para que este País seja passado a limpo, e V. Ex^a, como Presidente, tem esse papel a cumprir. E nada de acordo, nada de farsa, nada de estelionato eleitoral. O que nós queremos é a verdade, para que este País possa, definitivamente dizer: chega! Basta! Ninguém suporta mais tanta roubalheira e tanta mentira!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, sou Deputado Federal nesta Casa há 20 anos, desde 1994. Tenho um histórico dentro do meu Partido, o PDT, com uma militância que vem desde a minha juventude. Aqui, nesta Casa, não deixei de assinar nenhuma CPI investigatória nesses 20 anos. Ao contrário, assinei muitas, e muitas geraram polêmica e pressão



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

sobre este Parlamentar. Fui o único Deputado do PDT a votar contra o retorno da CPMI, o retorno...

Sr. Presidente, Sr. Senador, eu estou, sinceramente, um pouco nervoso porque quero fazer uma denúncia grave aqui: eu sofri pressão, durante todo o dia de hoje, para não vir a esta Comissão, para não dar quórum, inclusive pressão com ameaça de ser substituído nesta CPMI se aqui comparecesse para viabilizar o quórum.

Quero deixar bem clara uma coisa nos anais desta CPMI: sinceramente, Sr. Presidente, a minha história parlamentar não permitiria que eu cedesse a esse tipo de pressão. Se quiserem me substituir, substituam-me, mas não está aqui um Deputado do PDT; está aqui um Parlamentar que representa a maioria dos Parlamentares do PDT, porque, quando fui indicado, numa reunião entre os Deputados do nosso Partido, deixei claro que viria para cá para investigar, doesse a quem doesse, e a grande maioria, 90% dos Deputados que lá estavam disseram: vá firme, Deputado Enio Bacci, porque a investigação tem que ir a fundo, doa a quem doer! Portanto, represento aqueles Parlamentares que não querem dobrar a espinha ante a pressão e ante a omissão com a corrupção que aí está, venha de onde vier.

Esta Casa não pode se dividir entre oposição e governo, Sr. Presidente. Esta Casa tem que se dividir, sim, entre os que querem avançar na busca da verdade e os que querem cobrir essa verdade com um tapete, com algo que possa manter a verdade no obscurantismo. É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nós estamos aqui, não para fazer o jogo do governo ou o jogo da oposição, porque corrupção não tem sigla. Corrupção hoje pode estar ligada a membros do PMDB, do PP, ao PSDB, que teve seu nome citado, e amanhã ou depois a alguém do PDT, não importa, pois corrupção não tem sigla partidária, e é essencial que esta CPMI perceba a vontade da população lá fora de que não se faça aqui o jogo do governo ou da oposição.

Portanto, Sr. Presidente, quero que fique claro que, se este Parlamentar não estiver mais aqui na semana que vem, representando esse Partido, é porque eu vim dar quórum neste momento. Estou aqui disposto a votar todos os requerimentos para que possamos ouvir todos os supostos envolvidos em corrupção, inclusive aqueles que possam servir como testemunha. Estou aqui para votar, para ouvi-los e, mais do que isso, para dizer que esta Casa não está e não pode estar dividida entre oposição e governo.

Esse registro eu quero fazer. Em 20 anos, sempre tive uma postura independente, favorável à população brasileira, que, maciçamente, quer a investigação. Como é que nós explicamos isso, se mais de 90% do povo brasileiro querem a investigação? E, aqui dentro, faz-se o joguinho de oposição e de Governo. É inaceitável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
Agradeço a V. Ex^a.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Agora, fala o Deputado Izalci; depois, o Senador Ataídes; e, por fim, Augusto Coutinho.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro, quero aqui me solidarizar com o nosso querido Deputado. É uma denúncia gravíssima essa que, agora, foi colocada aqui.

Quero, aqui, fazer a leitura, Sr. Presidente, de uma matéria jornalística: "A Presidente reeleita do Brasil, Dilma Rousseff (PT), afirmou, nesta segunda-feira (27) [um dia depois da eleição], em entrevista ao Jornal Nacional, da Rede Globo, que não vai deixar 'pedra sobre pedra' e que a sociedade brasileira saberá o que ocorreu na Petrobras [...]."

Disse ainda – abrem-se aspas – ao Jornal da Record: "Faremos um combate sem tréguas à corrupção. Nosso País não pode manter a impunidade daqueles que cometem atos de corrupção. Não vou deixar pedra sobre pedra. Eu vou fazer questão de que a sociedade brasileira saiba de tudo." É o que disse a Presidenta Dilma.

Acho que, agora, virou rotina a mentira e, como foi dito aqui, o estelionato eleitoral. Isso foi dito depois das eleições. Acho que cabe, inclusive, uma representação no Conselho de Ética. Está muito claro: a população brasileira precisa saber e acompanhar exatamente o que vem acontecendo na CPMI. A ausência aqui dos Parlamentares representantes do Governo é uma demonstração clara, inequívoca, de que o Governo nunca quis, de fato, esclarecer o que aconteceu na Petrobras.

Nós vimos o que aconteceu nesta semana e na semana passada, quando a Presidenta Dilma, quando candidata, criticou a oposição em relação aos juros, e bastaram dois dias para que ela aumentasse os juros em 0,25%, passando-os para 11,25%.

Da mesma forma, quando debatemos a questão da energia elétrica aqui, no Congresso, a Presidenta Dilma, em cadeia nacional, por mais de dez minutos, enganou a população brasileira, falando dos descontos concedidos na energia elétrica. Agora, após as eleições, já há um aumento superior a tudo que foi dado e mais um adicional. Em alguns Estados, o aumento chega a 50%.

E os combustíveis? Hoje, estamos novamente sendo fiscalizados, auditados, por empresas internacionais, analisando a questão da Petrobras, em sinal de total descrédito do nosso País em relação à economia internacional. Evidentemente, representantes americanos da Bolsa de Nova York estão sendo obrigados a vir aqui para auditar a Petrobras, por indícios – e sabemos que não são apenas indícios, pois há a confirmação – da interferência do Governo, com estelionato eleitoral, com a retenção de preços, como é o caso do petróleo. Agora, após as eleições, novamente, é concedido o aumento de 3% para a gasolina e de 5% para o *diesel* para as distribuidoras, mas, na ponta, o aumento chega a 6%.

Então, Sr. Presidente, não sei em quem acreditar, se a Presidenta da República, que deveria dar exemplo para o País em termos de honestidade, em



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

termos de retidão, em termos de competência, agora, Deputado Carlos Sampaio, tem de adaptar a lei. Eles não conseguem obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles querem agora mudar a lei, para atender aquilo que não tiveram condições, capacidade ou responsabilidade de fazer.

Nós não podemos abrir mão – e faço um apelo aos colegas – dessa mudança da LDO proposta pelo Governo, para não poder fazer com que eles não respondam pela irresponsabilidade que tiveram ao não seguirem a nossa lei, tão importante, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero fazer um apelo, para finalizar, a V. Ex^a. Espero que dê quórum, mas já vejo que não vai dar. Mas, no momento em que atingirmos o quórum, peço que V. Ex^a abra uma sessão extraordinária, porque temos requerimentos importantíssimos para mostrar para a nossa população, que nos está acompanhando dia a dia, passo a passo, quem, de fato, não quer esclarecer a questão da Petrobras.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Izalci, atendendo a solicitação de V. Ex^a, reitero que já encerrei a reunião administrativa e abri a reunião de oitiva e já convoco a reunião administrativa para a próxima terça-feira com pauta aberta.

Senador Ataídes.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, naquela reunião que tivemos há duas semanas, em que tivemos aqui um convidado, o Sr. José Carlos Cosenza, eu fiz uma pergunta a ele: por que ele não veio na primeira convocação. Ele nos disse que estava passando por um treinamento, por uma mídia *trainer*. Logo depois, eu fiz outras perguntas a ele, Sr. Presidente, e um Deputado aqui, governista, estava orientando-o a responder "sim" ou "não". Aquilo para mim foi uma decepção tremenda.

Nessa última reunião, entrando aqui na sala, me pediram que fosse, então, até a salinha do fundo. Estava-se traçando um acordo. Cheguei lá – V. Ex^a estava como Relator; esse brilhante Deputado aqui do lado, o Sampaio; o Rubens – e permaneci calado, ouvindo aquele acordo, ouvindo traçarem aquele acordo, até que o Sampaio colocou a palavra de que não haveria acordo. Ele saiu daquela sala, e eu o acompanhei. Naquele momento, não sei se ele se lembra, eu disse: "Como fazer acordo em uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Como fazer acordo? Como explicar para o povo brasileiro acordo? A Comissão tem por obrigação averiguar os fatos. Não importa quem quer que seja, tem que ser ouvido." Aqui, agora, o Deputado Sampaio colocou que o Meirelles pode ser convocado e deve ser convocado. Eu também penso assim.

Eu vejo o seguinte: nós temos aqui, agora, dezenas de jornalistas aguardando um resultado positivo desta audiência, Sr. Presidente. O que os nobres



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

jornalistas vão dizer ao povo brasileiro daqui a alguns minutos? Essas nossas palavras aqui de indignação? A coragem deste Deputado Enio Bacci, que quero parabenizar? Não. Não é só isso que o nosso povo está querendo, Sr. Presidente. E V. Ex^a, por quem tenho uma admiração especial – o senhor sabe disso –, é responsável pelos trabalhos desta Casa. Estamos caminhando para o mês de dezembro, e, pelo que percebo, nada foi feito ainda nesta Comissão. Ou seja, o povo vai ter mais uma *pizza* enorme. É assim que eles veem.

Nós não estamos aqui a brincar com uma coisinha, não. Aqui, nós estamos falando de um dos patrimônios mais valiosos deste País, que é a nossa Petrobras. Nós não estamos aqui a falar de um roubo de 500 milhões, de 200 milhões. Nós estamos falando aqui é de bilhões e bilhões de dinheiro do povo. No entanto, isso aqui não funciona, Deputado Sampaio.

Eu estou envergonhado e indignado, porque estou participando desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e estou percebendo que isso aqui vai acabar em *pizza*. Eu gostaria tanto que isso aqui fosse diferente! Lamento muito.

Estou vendo aqui, hoje, este requerimento para a gente ouvir esse senhor, gerente de contratos da Petrobras. O que esse moço vai acrescentar a esta Comissão, Sr. Presidente? O que esse moço vai responder para nós? Eu já sei o que ele vai responder: "Não sei, não sei, não sei, não sei, porque ele é um homem administrativo."

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – É o que eu penso. Tomara que ele traga alguma informação, mas, lamentavelmente, eu não vejo muita positividade nesse seu depoimento.

Eu lamento muito a ausência dos governistas aqui. Não é assim que se faz. Não é assim que o País quer respostas desta Casa, deste Congresso Nacional. Foi exatamente por isso que os institutos disseram que o Congresso Nacional é o penúltimo em credibilidade, e os políticos, os maus políticos, são os últimos em credibilidade em nosso País.

Como mudar isso, Sr. Presidente? Só Deus sabe.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, questão de ordem – art. 89 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Segunda questão de ordem de V. Ex^a. Defiro a palavra a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, eu quero me apoiar no art. 89, em seu inciso VII, e já fazer a convocação, no caso de obtenção de quórum, de uma extraordinária. Por quê? Porque aqui diz claramente que cabe a V. Ex^a convocar as reuniões extraordinárias de ofício com requerimento de qualquer de seus membros. Como sou membro, estou requerendo a V. Ex^a, uma vez atingido o quórum, que nós possamos fazer imediatamente a extraordinária. E aí, como diz o Regimento, cabe a V. Ex^a fazer essa convocação.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

E quero voltar ao ponto, Sr. Presidente, porque aquilo que foi feito aqui, no que diz respeito à primeira parte, à segunda parte, com toda vênua e respeito – V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a –, não tem nenhum amparo regimental, nenhum, é zero de amparo regimental. Isso porque, uma vez convocada uma sessão, no momento em que ela tiver quórum, ela vai fazer o principal. E o que é o principal da sessão? É a parte deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a me dá licença só para receber a questão...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por isso, querido Presidente, que a oitiva ou a parte discursiva, que foi a analogia com a sessão do Senado, não são o principal de uma sessão. Se V. Ex^a quisesse encerrar a primeira, teria todo direito, mas convocando duas sessões: a primeira para as 14h30min e, não atingido o quórum, encerra-se e abre-se às 15 horas a oitiva. Agora, isso tem amparo regimental. Desculpe, isso tem amparo regimental. Iniciar uma sessão na qual a qualquer tempo, obtido quórum, nega-se o mais importante da sessão, que é a deliberação... Aí não tem amparo regimental, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em nome do art. 89, que define que esta Presidência coordena os trabalhos, e eu tenho feito assim, ou tentado fazer, ao longo de tantos encontros com V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E nós respeitamos esse trabalho de V. Ex^a, mas não dá para escrever um regimento novo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora V. Ex^a está usando regimentalmente o direito que lhe cabe. Esta Presidência, tomando como analogia o posicionamento da Câmara e do Senado, convocou uma sessão dividida em duas etapas, uma para a Ordem do Dia e outra de oitiva de depoimentos. Então, quando definido que não havia quórum qualificado para a Ordem do Dia desta sessão, eu encerrei o período dessa Ordem do Dia.

Peço a atenção de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a está se dividindo com a assessoria...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas estou focado no que V. Ex^a está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora V. Ex^a usa regimentalmente o direito que lhe cabe, com base no art. 89, para, ao final desta sessão, solicitar – e aí nós vamos a voto – a convocação de uma reunião extraordinária.

Assim sendo, defiro a solicitação de V. Ex^a para, ao final da oitiva, irmos a voto no sentido de ter ou não uma convocação extraordinária solicitada por um membro da Comissão a esta Presidência, que coordena os trabalhos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Perfeito, Presidente. Só quero lembrar que, no mesmo inciso do mesmo artigo, V. Ex^a poderia fazer de ofício.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a é mais competente do que eu. Por isso é que eu peço a ajuda de V. Ex^a.

Augusto Coutinho... Vamos encerrar e vamos ouvir, até para...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD - PE) – Sr. Presidente, eu vou ser breve, mas, em nome do meu Partido Solidariedade, queremos registrar aqui a nossa preocupação e o nosso empenho para que possamos abrir uma extraordinária hoje e votar os requerimentos que foram aqui apresentados, inclusive pelo Líder do PSDB.

Então, quero reiterar a nossa disposição, e é importante que seja resolvido na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Solicito a atenção dos senhores.

Srs. Líderes, esta Presidência informa...

Srs. Deputados, é importante a assistência de V. Ex^{as}.

Esta Presidência informa, no que se refere ao requerimento de prorrogação dos trabalhos desta CPMI, que é uma luta que a Presidência vem tendo há algum tempo – os senhores sabem disso –, e até a presente data já foram coletadas 27 assinaturas necessárias ao Senado Federal.

Entretanto, relativamente à Câmara dos Deputados, só foi entregue à secretaria da Comissão o requerimento da Liderança do PMDB, no qual constam 33 assinaturas. Considerando o número mínimo de assinaturas para atendimento ao disposto no art. 171 da Constituição Federal, não preciso dizer mais nada do que: V. Ex^{as} estão me devendo essa entrega à Secretaria.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Antes do final desta reunião, V. Ex^a receberá as assinaturas do Democratas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Amém.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu tenho aqui 20 assinaturas da minha Bancada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Tragam à Comissão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, desejo apenas dizer que se alguém não assinou ainda pode assinar esta lista, que está em aberto.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A Bancada de um Parlamentar só que não é Líder, como é que faz?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Venha assinar aqui, que teremos muito prazer em recebê-lo.

Convoco o Sr. Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras, para se fazer presente à Mesa.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Convido o Deputado Afonso para relatar *ad hoc* e ajudar-me na condução dos trabalhos, diante da já justificada ausência do nosso Relator.

Sr. Edmar Diniz de Figueiredo.

O Sr. Edmar Diniz fará a sua exposição e, em seguida, será interpelado pelos Parlamentares sobre o assunto tratado, conforme já é sabido de todos.

Deputado Sibá Machado é o primeiro autor do requerimento.

Com a palavra, o Sr. Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente Vital do Rêgo, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Melhorem o som do Sr. Edmar, por favor.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Boa tarde a todos, mais uma vez!

Meu nome é Edmar Diniz de Figueiredo, eu sou Gerente Geral de Contratação de Bens e Serviços da Exploração e Produção Corporativa.

Queria saudar o Presidente, Senador Vital do Rêgo; o Relator, Deputado Afonso; saudar os demais Parlamentares, jornalistas, colegas da Petrobras, as senhoras e os senhores.

Eu vou usar o meu tempo em alguns blocos e vou começar falando da minha formação acadêmica, da minha experiência na Petrobras, falar um pouco sobre qual é a atividade da minha gerência, como ela está situada no organograma da Petrobras, e falar também sobre o processo de contratação e o processo de contratação de FPSO. FPSO é uma sigla em inglês de uma unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência de óleo. E termino falando sobre a questão da denúncia da SBM.

Bom, a minha formação acadêmica é em Engenharia Mecânica. Eu me formei na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 1987. Eu entrei na Petrobras no mesmo ano. Eu tenho 27 anos de Petrobras. A Petrobras foi a primeira empresa em que trabalhei. Comecei a minha vida na Petrobras lá em Salvador, onde fiz o curso de Engenheiro de Equipamentos. Na Petrobras, eu tive a oportunidade de me capacitar, de me desenvolver em várias áreas. Eu fiz o curso de especialização de Administração de Materiais na USP, fiz Mestrado em Logística na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, por fim, eu terminei a minha formação acadêmica recentemente, no MBA da Fundação Getúlio Vargas.

Minha experiência profissional na Petrobras. Sempre trabalhei na área de contratação, na área de transporte. Trabalhei na unidade de Sergipe e Alagoas, onde fui Gerente de Suprimentos. Nessa oportunidade, tive a condição de implantar compras eletrônicas na primeira unidade da Petrobras, no ano de 2003. Também lá fui Gerente de Transporte, trabalhei na unidade da Bacia de Campos.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Atualmente trabalho na sede do Rio de Janeiro, onde ocupo o cargo de Gerente Geral desde o ano de 2010.

Posicionamento da Gerência Geral que ocupo. A Petrobras tem o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, a Presidência e sete diretores. Eu faço parte da Diretoria de Exploração e Produção, que tem dez gerências executivas. Uma delas é Exploração e Produção Corporativa. Dentro dessa Gerência Executiva existem nove gerências gerais. A minha é a Gerência Geral de Contratação de Bens e Serviços. Então, estou no quarto nível gerencial decisório dentro da cadeia hierárquica da Petrobras.

Quais são as atribuições da minha gerência? A minha gerência tem a atribuição, basicamente, por ser um órgão corporativo, de fazer a parte de orientação, normatização e criação de padrões para atividade de contratação. Dentro da área de exploração e produção existem doze unidades de negócio e unidades de serviço. Essas unidades de negócio são independentes para conduzir seus processos de contratação. É importante essa fala porque isso vai trazer uma condição com relação à questão dos processos de contratação de FPSO.

Então, a minha área tem um papel normativo, um papel de ser o órgão gestor da base de documentações. Existe o manual de contratação de bens e serviços, que faz com que todas as unidades trabalhem de forma igual e padronizada quando conduzindo um processo de contratação.

O processo de contratação na Petrobras é baseado em limites de competência. Então, quando se inicia um processo de contratação, a primeira etapa a ser verificada é quem é a autoridade que detém o limite de competência para aprovar aquele processo. Existe um procedimento – e a Petrobras segue o Decreto nº 2.745 nos seus processos de contratação – de solicitar à autoridade uma autorização para início do processo. Antes de o processo ser colocado na rua, precisa-se que haja uma autorização. Posteriormente à obtenção de propostas, à escolha da melhor proposta e à condição de selecionar a proposta mais vantajosa para a companhia, volta-se à autoridade que iniciou, que autorizou o início, para que ela valide e autorize os atos praticados pela comissão. O papel de contratação de uma FPSO segue toda essa rotina.

É preciso dizer mais algumas coisas, como o seguinte: o contrato de uma FPSO pode ser tanto um afretamento, que é quando se contrata um terceiro e a embarcação é do terceiro, ou quando é uma construção. Isso é uma decisão econômica, e isso é feito com base em estudos de viabilidade técnica e econômica, em que você seleciona aquele modelo mais adequado em relação ao momento econômico que vive a empresa e à condição de projetos futuros que ela tenha para investir.

Então, o processo de contratação. Como é a seleção de empresas no processo de FPSO. Basicamente, selecionam-se aquelas empresas que têm maior competência técnica, num mercado que não é muito grande e que tem grandes *players*, que fazem, vamos dizer assim, o domínio desse mercado. Então,



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

seleciona-se com base em conhecimentos técnicos e com base em experiência de fornecimento desses equipamentos para a companhia.

Normalmente, são feitos dois contratos nesses processos: um contrato de afretamento, isso em função de um modelo tributário em que no contrato de afretamento você precisa ter a condição de Repetro para embarcação; e um contrato de operação – esse contrato é em dólar – pago no exterior, e um contrato de operação que é pago em reais aqui no Brasil.

A Gerência Geral de Contratação de Bens e Serviços, à qual eu pertencço e pela qual eu estou em condições de responder é que não efetua contratos de FPSO. Eu não faço contratos dessa natureza no que diz respeito a esse tipo de serviço que é prestado para a Petrobras.

Estou finalizando.

Com relação à denúncia da SBM. A Petrobras tomou conhecimento dessa denúncia no dia 13 de fevereiro com base em uma notícia publicada no Jornal *Valor Econômico* e, nesse mesmo dia, foi constituída uma comissão interna de apuração que fez uma investigação dos pagamentos da denúncia...

(Soa a campanha.)

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – ... de acusação de pagamentos indevidos a empregados da Petrobras. O relatório foi divulgado publicamente no dia 31 de março e a comissão não encontrou evidências de nenhum pagamento indevido a empregados da Petrobras.

O relatório foi encaminhado ao TCU, à CGU, ao Ministério Público Federal, e a Petrobras vem contribuindo com os órgãos de controle, fornecendo documentação sempre que necessário.

Eu finalizo dizendo o seguinte: não tive participação nessa comissão interna de apuração, não contratei nenhum FPSO e também não tive nenhuma negociação ou contratação com a SBM nos últimos 27 anos em que eu estou na companhia.

Eu me coloco aqui à disposição para as perguntas dos senhores, sinalizando que eu posso responder por aquilo que me cabe dentro da Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V.S^a os seus esclarecimentos iniciais.

Passo a palavra a Sr. Relator *ad hoc*.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Boa tarde senhoras e senhores, Parlamentares, demais presentes a esta reunião; Sr. Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras.

Vou dirigir ao senhor um conjunto de perguntas elaboradas pelo Deputado Relator Marco Maia que, por motivos já justificados, não se encontra presente nesta reunião.

O senhor está participando de uma reunião da Comissão Mista oriunda de um Requerimento, o nº 458, do Deputado Sibá Machado. E as



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

perguntas se distribuem justamente nos eixos organizados pelo Relator para a abordagem desse tema.

Aqui nessa caso, no eixo 2, SBM Offshore: os indícios de pagamentos de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore para a obtenção de contratos junto à Petrobras.

Bloco 1. O senhor já respondeu a sua formação acadêmica e profissional e disse o ano em que deu ingresso na Petrobras. Aludiu à gerência, mas não esclareceu se já ocupou outras gerências, em que período, e, se ocupou, quais gerências ocupou anteriormente na Petrobras.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem, com a permissão do Relator. O depoente prestou o compromisso de dizer a verdade, prestou juramento, ou não?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está como testemunha.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Portanto, presta juramento de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza, é formal, já está no âmbito da lei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, com a chegada do... para completar o quórum, V. Ex^a teria que colocar, oportunamente, após a conclusão do nosso Relator *ad hoc*, a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Com a palavra o Sr. Relator *ad hoc*.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, eu dirigi uma pergunta ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor repete a pergunta.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quais outros cargos, gerências? Em que período V. S^a os ocupou?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu ocupei cargos de gerência na Petrobras: de 1999 a 2000, a Gerência de Transporte na Unidade de Sergipe e Alagoas; de 2000 a 2004, a Gerência de Suprimento na Unidade de Sergipe e Alagoas; de 2004 a 2005, a Gerência Setorial de Contratação de Bens no E&P-Sede. Depois, eu fui para Macaé em outubro de 2005 e fiquei lá até dezembro de 2007; lá eu ocupei a Gerência Setorial de Contratação de Bens da Unidade da Bacia de Campos. Voltei para o Rio em dezembro de 2007; ocupei de novo a Gerência Setorial de Contratação de Bens do E&P Corporativo (Exploração e Produção Corporativa). Fiquei até 2010 nessa gerência, quando, então, fui promovido para o cargo de Gerente Geral, em 2010, e ocupo o cargo até hoje.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – E, nesse cargo que V. S^a hoje ocupa, quais são as atribuições existentes?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – A atribuição é basicamente a parte de orientação e normatização de procedimentos. É responsável pela parte de contratação de serviços de consultoria para os órgãos de sede; é responsável pela parte de gestão de estoques dentro das orientações da gestão de estoque dentro da companhia; é responsável pela parte de relacionamento com o mercado fornecedor; e responsável pela parte de gestão contratual, que é um suporte que nós prestamos às unidades no que diz respeito à parte de gerenciamento e fiscalização de contratos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Como última pergunta nesse Bloco 1 – sobre a situação funcional e a posição institucional de V. S^a –, eu gostaria de registrar para os anais aqui da Comissão, qual a posição hierárquica da sua gerência e como ela se situa no organograma da Petrobras?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Bom, a Gerência Geral fica subordinada à Gerência Executiva de Exploração e Produção Corporativa, que por sua vez é subordinada à Diretoria de Exploração e Produção, que é subordinada à Diretoria Executiva. Então eu sou o quarto nível gerencial dentro da escala decisória da Petrobras.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Vamos passar, então, ao Bloco 2 – sobre os contratos com a SBM Offshore.

Como V. S^a avalia a relação entre a Petrobras e a SBM Offshore? Quais são os tipos de serviços prestados pela SBM para a Petrobras?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Em relação à avaliação, eu não tenho um contato, não tenho uma participação com essa empresa.

Com relação aos tipos de contrato, eles prestam serviço para a Petrobras no que diz respeito a fretamento de embarcações para a produção de óleo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Exclusivamente isso?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Próxima. Em que condições a Petrobras opta por construir suas próprias unidades ou por afretar FPSOs? Atualmente, das FPSOs em operação no Brasil, quantas e quais são próprias ou quantas e quais são afretadas?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Com relação à decisão de construir ou afretar, isso é uma decisão econômica tomada com base na carteira de investimentos que a companhia tem. Hoje a Petrobras tem uma grande carteira de investimentos e, para que ela possa ter uma capacidade de investir mais é interessante fazer o afretamento, porque durante o período que ele está sendo construído não há desembolsos pagos nesse contrato. Somente quando a embarcação fica pronta, é considerada aceita pela Petrobras e ele vai entrar em produção, a partir daí se começa a ter pagamentos relacionados a esse contrato.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Com relação ao número de embarcações próprias e afretadas, nós temos, hoje, em operação 15 embarcações próprias e 19 embarcações contratadas. Eu não saberia informar os nomes de todas essas plataformas.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu vou solicitar a V. S^a que oportunamente possa remeter a esta Comissão, se possível, o nome dessas plataformas.

Próxima.

Quantas empresas atuam no mercado de afretamento no Brasil e no mundo? Com quais empresas a Petrobras contrata? Há indícios, na sua opinião, que possam subsidiar as investigações desta CPMI à busca de evidências que possam sustentar a tese de que esse é um mercado cartelizado?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho condições de responder a essa pergunta, Excelência. Eu não atuo nesse mercado e não tenho essa dimensão para poder responder a essa pergunta.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – E quantas empresas atuam no Brasil e no mundo?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – No mundo eu não... No mundo, eu acho que são mais de 14, são mais de 14 empresas que têm então...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – São poucas?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – São poucas. Na Petrobras, nós temos contratos com Udesc, SBM, TK, BW, Saipem e Petroserv. Nós temos contratos com essas seis empresas.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Qual a importância da Petrobras na carteira de contratos da SBM, obviamente se o senhor dispõe dessa informação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não disponho.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a conhece os contratos firmados pela Petrobras com a SBM Offshore?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a sabe quantos contratos de afretamento de plataformas FPSO a Petrobras já firmou com a SBM?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Nós firmamos nove contratos com a SBM, de 1996 até 2014; e um contrato de construção. Desses nove, dois contratos já foram encerrados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Dois encerrados?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Dois encerrados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a pode nos informar como ocorreu, no tempo, a evolução da celebração de contratos entre a Petrobras e a SBM?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não. Não tenho essa informação.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quais são e qual é o valor total dos contratos com a SBM em vigor? V. S^a pode nos informar isto?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – O valor total dos contratos em vigor, não. Eu não tenho esse número.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pode, por gentileza, obtendo essa informação, remeter a esta Comissão?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Posso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Houve contratação de FPSO da SBM por inexigibilidade?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Houve uma.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por quê?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Houve por uma situação emergencial que aconteceu quando do afundamento da P-36.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quais outros contratos a Petrobras celebrou com a SBM para objetos distintos aos de afretamentos de FPSO's?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho essa informação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O senhor consegue obter? Pode, por gentileza, também remeter a esta Comissão?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Consigo.

São contratos diferentes ao objeto...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Distintos aos de afretamento de FPSOs.

Poderia nos esclarecer se a contratação de FPSO envolve a ocorrência de dois tipos de instrumentos contratuais, um para afretamento de FPSO e outro para prestação de serviços de operação da FPSO? E como ocorre a celebração desses contratos?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Sim. São dois contratos, porque era uma questão tributária, que você precisa ter. Para que você possa utilizar o Repetro, o contrato da embarcação precisa ser feito com uma empresa de bandeira estrangeira. Então, existe um contrato da embarcação, feito em dólar, pago no exterior; e o contrato de serviço onde o serviço é prestado, no caso aqui no Brasil, é um contrato feito em reais, pagos aqui no Brasil.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a sabe, pode nos informar se essa forma, esse modelo de contratação de FPSO é adotada por outras empresas de produção de petróleo no Brasil ou em outros países do mundo?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – No Brasil, sim. Fora do Brasil eu não conheço o modelo de contratação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Esse é o modelo majoritário?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Para o Brasil, sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É o único?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – É o único. Esse modelo, recentemente, foi uma questão de aprovação de uma medida provisória que estabeleceu níveis de split entre o contrato de serviço e o contrato de afretamento. Então, no Brasil, se tiver embarcação e precisar usar o regime de Repetro, tenho de usar esse modelo de contrato. No mundo, eu não conheço.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A Petrobras usa algum modelo de custo, bem como métricas e referências internacionais sobre afretamento de FPSO? Em caso positivo, quais são e por qual instituição.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não é da minha área, não tenho condições de responder a esta pergunta.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Agora, o Bloco 3, sobre as investigações da Comissão de Apuração Interna da Petrobras. Quando e como a Petrobras tomou conhecimento de denúncias de que a SBM Offshore estava sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos por supostos pagamentos de suborno a servidores e empregados públicos, inclusive de estatais, em vários países, entre eles o Brasil?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Conforme já comentei na minha fala, a Petrobras tomou conhecimento disso no dia 13 de fevereiro, com base na reportagem do jornal *Valor Econômico*, e nesse mesmo dia foi constituída uma comissão interna de apuração, da qual não participei.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O senhor tem conhecimento da evolução dos resultados dessas apurações? Quando tempo duraram os trabalhos da comissão interna da Petrobras? Se houve depoimento da SBM a esta comissão? Se sim, de quem da SBM?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Com relação ao tempo de duração da comissão, ela durou até o dia 29 de março. O resultado foi publicado pela Petrobras em 31 de março. Agora, com relação aos trabalhos da comissão, não tenho como afirmar porque não participei, e isso é um documento confidencial. Quem foi ouvido, o que foi ouvido, eu não tenho como informar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Durante o processo de apuração, conduzido pela comissão interna da Petrobras, os contratos foram investigados? Qual a conclusão dessa comissão interna de apuração com relação à denúncia de que funcionários da Petrobras teriam recebido propina da SBM?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Com relação aos trabalhos da comissão, eu repito, não tenho condições de opinar, porque não participei dela. Com relação ao resultado da comissão, já foi afirmado pela Petrobras que não foi encontrada nenhuma evidência nem fatos que comprovassem qualquer pagamento da SBM para empregados da Petrobras.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Desculpe, mas V. S^a não respondeu esse item. Durante os trabalhos, a comissão interna da Petrobras analisou os contratos sob investigação, os contratos sob acusação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu não tenho condições de responder isso. Foi a primeira parte do relatório. Eu disse que como não participei, não tenho condições de responder essa parte. A outra, do resultado...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Que é o que foi divulgado.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Que foi divulgado pela imprensa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado.

Sobre o valor noticiado de U\$139 milhões, destinados ao pagamento de comissões da SBM Offshore a representantes comerciais, foi apurado se esse valor foi realmente destinado a esses representantes comerciais? Se sabe quem seriam eles e qual a natureza dessa comissão supostamente paga?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho condições de responder a essa pergunta, nenhuma das três. Eu não conheço quem são os representantes e nem fiz nenhuma avaliação, porque não participei da comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Relator, uma questão de ordem. Quem está presidindo os trabalhos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Senador Vital do Rêgo, que por motivos de força maior se retirou rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu fui ao banheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu acho que é normal V. Ex^a se retirar, mas tem que pedir para alguém assumir a Presidência. Não pode deixar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu fui ao banheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Tudo bem, mas peça para alguém substituir. Não pode deixar a mesa vazia.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Posso continuar, Presidente?

A SBM Offshore pratica o pagamento de comissão a representantes comerciais em outros países?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei dizer.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Esse valor aludido de U\$139 milhões de dólares corresponde a que percentual dos contratos?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu não tenho essa informação, senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Esse percentual é compatível com valores praticados em mercado, se confirmada a existência?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Também não tenho condições.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Houve diferença na forma de relacionamento entre a Petrobras e a SBM, após o ano de 2012, quando se teve notícia de que a SBM abriu escritório no Brasil?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho condição de responder, desculpe.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Houve uma visita da comissão da Petrobras à Holanda?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a participou da equipe que foi à Holanda?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quais foram os dados relevantes obtidos nesta viagem, se é que foram divulgados, já que o senhor disse não ter participado da comissão?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei se foram divulgados fatos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bloco 4. Sobre as investigações no Brasil e no Exterior.

A Petrobras foi notificada pelo Ministério Público da Holanda?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho conhecimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Também não tem conhecimento sobre se a Petrobras foi notificada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho conhecimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a tem conhecimento sobre se a Petrobras está respondendo a alguma ação no exterior ou no Brasil por conta dessas denúncias?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei responder.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O representante da SBM Offshore no Brasil, Sr. Philippe Jacques Levy, afirmou, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, no dia 3 de abril de 2014, que integrantes da Petrobras tomaram conhecimento das investigações realizadas pela empresa sobre suspeitas de pagamento indevido a funcionários das suas contratantes, e que sobre a Petrobras não tinham sido encontradas provas de corrupção.

O senhor pode opinar, confirmar, negar essa afirmação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – A Petrobras se pronunciou oficialmente sobre esse assunto no dia 10 de maio, quando ela faz com veemência uma defesa no sentido de que ela só tomou conhecimento dessa informação no dia 13 de fevereiro de 2014. E a própria SBM, depois, publicou no jornal notícia de que ela jamais tinha passado essa informação para a Petrobras.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado.

Em 10 de abril de 2012, a SBM Offshore publicou uma nota na qual declarou que – abre aspas – "certas práticas de venda envolvendo terceiras partes poderiam ter sido inapropriadas" – fecha aspas.

Foi mencionada, ainda, nessa nota, a criação de um departamento de governança na empresa. Sabe-se que o chefe de governança e *compliance* da SBM, em depoimento à comissão de apuração interna da Petrobras, afirmou que na *due diligence* conduzida pela SBM, nada de conclusivo teria sido encontrado a respeito do Brasil.

V. S^a tem conhecimento se esta posição está mantida?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho conhecimento sobre esse assunto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bloco 5. Sobre o Sr. Júlio Faerman.

O senhor...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Ex^a que designou o Deputado Afonso Florence como Relator *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Essas perguntas vieram do Relator original ou foram formuladas pelo Deputado Afonso Florence?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Do Relator. Eu recebi a lista de perguntas que ele usaria na reunião.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Ah, sim. O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Posso continuar, Presidente?

O senhor conhece o Sr. Júlio Faerman e sabe quais as relações dele com a Petrobras?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não, não o conheço.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Sr. Júlio Faerman já trabalhou na Petrobras?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei informar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A Petrobras mantém alguma relação comercial com ele? O senhor sabe informar?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei informar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O senhor sabe informar se a Petrobras já fez pagamentos diretamente ao Sr. Júlio Faerman?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não sei informar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a sabe se a SBM tinha contratos com as empresas Faercom e Oildrive?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não, não sei.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Os contratos com a Faercom previam – disse – taxas de sucesso. O senhor tem conhecimento sobre isso?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Tem algum conhecimento só sobre quais seriam essas taxas sobre as quais circula essa informação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ouviu falar em alguma oportunidade? Pode nos dar alguma orientação sobre quem estaria recebendo essas comissões?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Foi publicado na imprensa que outras quatro empresas registradas no exterior poderiam estar ligadas ao grupo Faerman. V. S^a conhece essas empresas sobre as quais essa informação circula na imprensa?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a conhece o Sr. Sietze Hepkema?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – V. S^a já se reuniu, em alguma oportunidade, antes ou depois das notícias veiculadas na imprensa sobre esse suposto pagamento de propina?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não, nunca me reuni com a SBM.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bloco 6. Questões finais sobre o eixo 2, SBM Offshore.

A Petrobras tem convidado a SBM Offshore para participar de processos competitivos para obras e serviços?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não. A Diretoria da Petrobras tomou a decisão de não convidar a SBM enquanto ela estiver sendo investigada.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Na sua avaliação, há riscos para a Petrobras quanto a eventuais impactos nos empreendimentos em curso na área de exploração e produção, na hipótese de interrupção da relação comercial com a SBM Offshore?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não tenho condições de responder.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O senhor entendeu bem a pergunta? Se, na hipótese de suspensão desses contratos, pode haver impacto?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Dos contratos ativos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Dos contratos em curso.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Dos contratos ativos, a Petrobras soltou uma informação de que, caso tenha que se encerrar esses contratos, o impacto no plano de negócio 2014/2018 seria da ordem de US\$15 bilhões.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – No âmbito da Petrobras, há o acompanhamento da evolução patrimonial dos gerentes e diretores?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – O que há, na Petrobras, é a obrigação da entrega da Declaração do Imposto de Renda Anual, para ficar à disposição dos órgãos de fiscalização.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Dois documentos confidenciais da Petrobras teriam sido encontrados em poder da SBM e teriam sido acessados por uma chave determinada. Na oitiva do Sr. Jorge Luiz Zelada a esta Comissão, foi perguntado se a senha pessoal dele teria sido utilizada para acessar esses documentos. O Sr. Zelada negou as afirmações, enfatizando que nunca teria entregado documentos da Petrobras para entidades externas e que não acredita que outras pessoas os tenham utilizado. O que V. S^a tem a dizer sobre esse tipo de fato e, em particular, esse fato específico?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Não posso comentar sobre esse assunto, porque eu não tenho conhecimento do que, de fato, aconteceu. Eu não participei da comissão de apuração e não posso comentar sobre isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bom, sobre o atual regime de contratação da Petrobras, V. S^a poderia descrever como são o processo e as etapas para a aprovação de grandes projetos, formalmente, dentro da Petrobras? Quais as etapas e os responsáveis pela contratação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu posso falar sobre o processo de contratação. No processo de contratação, os processos seguem com base a limite de competência, em que se precisa de que haja uma aprovação para o processo ir para a rua; se há, nesse processo, prova, quais são as empresas que vão ser convidadas. O processo vai para a rua. Abrem-se as propostas técnicas. Depois, abrem-se as propostas comerciais. Avalia-se a proposta melhor, economicamente, para a Companhia. Forma-se uma comissão, que é específica para aquele processo. Ela prepara o relatório, encaminha para a autoridade que detém o limite de competência tomar a decisão e se encaminha aquilo para a contratação ou não, se precisa ser feita outra negociação, outra licitação. Então, esse é o processo.

Com relação a projetos, a Petrobras tem uma sistemática de fazer portões de aprovação das fases do projeto, e essas fases estão bem definidas, e tem a fase desde a concepção da ideia, depois, o processo conceitual, depois, a fase do detalhamento do projeto, que é o projeto básico, e, posteriormente, a implantação do projeto. Para cada uma dessas etapas existem portões, em que existem Comitês, que são designados com os limites estabelecidos, e ele tem que



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ir, alguns casos, até para órgãos de instâncias maiores, para que haja, também, a aprovação do projeto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É nomeada uma comissão de licitação para a contratação de cada objeto a ser licitado?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Existe uma coordenação para essa comissão de licitação ou uma coordenação única para todas? Como é que funciona esse processo de licitação?

O SR. EDMAR DINIZ DE FIGUEIREDO – Para cada licitação é formada uma comissão. Essa comissão é de, no mínimo, três pessoas, é designado um coordenador e os demais são membros.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Foi dado início à Ordem do Dia e, com base no art. 107, inciso III, parágrafo único, iniciada a Ordem do Dia, não devem funcionar as Comissões, sejam elas Temporárias ou Permanentes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente. Presidente. Para contraditar, Presidente. Para contraditar. Pela ordem.

Após... O que inibe o início da Ordem do Dia, nobre Senador, é apenas a deliberação. A oitiva não inibe, em nenhuma CPMI da Casa inibiu oitiva. Isso é fato, porque não tem amparo regimental.

Segundo, eu vou então solicitar por requerimento, da mesma forma que anteriormente, na oitiva 89, que V. Ex^a, Presidente... Nós vamos encerrar a oitiva porque esse depoimento tem a profundidade da camada do Pré-sal, não significa nada. E o Deputado Sibá Machado, que o propôs, não está nem aqui, dada a relevância do depoimento que nós estamos ouvindo.

Então, eu quero propor a V. Ex^a que, após concluída a fala do Relator *ad hoc*, do lado pelo menos dos que estão no plenário, nós não identificamos nenhuma relevância no depoimento do depoente. Fez parte apenas do jogo de cena para impedir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...que nós votássemos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E isso tem que ser denunciado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E eu quero concluir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...pedindo para que V. Ex^a, então, mantenha, suspenda a presente reunião e, logo após a Ordem do Dia do Senado, nós voltamos para cá para votar os requerimentos, Presidente. Tem amparo regimental, é perfeitamente possível.

E quero também pedir a V. Ex^a... porque nós aprovamos aqui o requerimento do compartilhamento da Comissão Externa da Petrobras, SBM Offshore lá da Câmara, que tem documentos relevantes que vão, inclusive, mostrar que a informação dada pela testemunha é equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. V. Ex^a já falou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É mais do que um contrato que foi sem dispensa de licitação. Os documentos são muito interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a já...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E eu quero só perguntar, para finalizar, se o Relator pode perguntar se o nobre depoente passou por um *media training* do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. O.k. O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Se passou, ele foi muito bem amestrado.

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Agora, não trouxe nenhuma novidade aqui para a nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra... Com a palavra o Relator... Com a palavra o Relator... Com a palavra o Relator, para suas conclusões, porque a Presidência tem que decidir a questão de ordem do Senador Wellington Dias. Por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para esclarecer, eu estou cumprindo aqui o protocolo de perguntas que tinham sido elaboradas pelo Deputado Marco Maia, Relator. E, obviamente, não tenho a menor dúvida de que assim como da parte de V. Ex^{as}, da parte dele o propósito é de colher informações, colher o depoimento para ter elementos para produzir um relatório.

Ele não está presente e ele não participou do debate de hoje aqui. Só para...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, mas ele fez a escolha, né, Deputado Afonso. Porque o Deputado Sibá Machado foi um fanfarrão.

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – A indicação de um gerente de quinta categoria não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor... Deputado Onyx, por favor!



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Deputado Onyx, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Deputado Sibá Machado não é fanfarrão, nenhum de nós...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não... Mas tem aqui um gerente que...

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...que nem consta no organograma da Petrobras, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Onyx, por favor! Por favor, Deputado Onyx.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, o nobre depoente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, Deputado! Está com a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...não consta no organograma da Petrobras!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É óbvio que não sabe de nada!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso, Deputado Afonso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Veio aqui para cumprir tabela!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu vou, só para encaminhar, mas para registrar, a bem da... O Deputado Sibá está participando de uma reunião da CCJ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sim. E não teve a dignidade de vir aqui assinar a lista de presença.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu tenho que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E está presente na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, Deputado Onyx, por favor. Por favor, Deputado Onyx. V. Ex^a, assim, complica a coordenação dos meus trabalhos. Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas, Presidente, eu tenho respeito por V. Ex^a. Agora quando...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...fazem uma manobra desrespeitando a sociedade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...a minha voz vai se levantar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Afonso, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por mais respeito que eu tenha pelo senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, eu estou encerrando no que me cabe. Há um conjunto de outras perguntas, certamente imputadas a elas relevância pelo Relator, que tinha elaborado a proposta.

O Deputado Onyx, obviamente, tem o direito de manifestar a posição dele. A posição do Relator, obviamente, era diferente, porque ele pretendia apresentar aqui as perguntas.

Como V. Ex^a, Presidente, tem que proceder a uma decisão, eu tenho ainda inúmeras perguntas, mas paro por aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas, antes, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir rapidamente a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, eu...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Então, eu vou concluir minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a conclua suas perguntas até a decisão da Presidência.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Todas elas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, senhor.

Votação nominal? Então, esta Presidência, de acordo com o art. 107, parágrafo único, diz o seguinte: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado".

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, mas... O senhor está abrindo um precedente inexistente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Informado que fui que nós estamos com a Ordem do Dia...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Está abrindo um precedente que não existe!



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...com votação nominal, eu encerro os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. DEM - RS) – Presidente! Presidente! Não, Presidente, isso não é válido! Isso é um desrespeito, Presidente! Suspende, Presidente!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu havia pedido questão de ordem! Eu havia pedido questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu encerro os trabalhos, eu encerro os trabalhos convocando uma reunião administrativa para a próxima terça-feira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Isso é um absurdo, Presidente!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Isso é um absurdo! É absurdo, Presidente! O senhor está abrindo um precedente grave!

(Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)

**Senador Vital do Rêgo
Presidente**